

1930: ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA

*Noé Freire Sandes**

Resumo

Este ensaio procura realizar uma análise da produção historiográfica sobre 1930 com base na leitura de dois livros clássicos: *A Revolução de 1930: historiografia e história* de Boris Fausto e *A verdade sobre a revolução de 24 de outubro de 1930* de Barbosa Lima Sobrinho. As duas narrativas elaboram distintos modelos de explicação histórica, permitindo um rico diálogo entre memória e história como formas de produção da consciência histórica.

Palavras-chave: Historiografia, Revolução de 1930, memória e história.

Ao que parece, a passagem do cinquentenário da Revolução de 1930 pouco mobilizou historiadores e políticos. A conjuntura era propícia a balanços, pois o governo do presidente João Batista Figueiredo era fruto de uma articulação golpista, que deitara raízes no solo brasileiro em 1930; e seu pai, o general Euclides Figueiredo, fora um dos líderes que se opôs ao golpe que derrubou Washington Luís, assumindo, posteriormente, a liderança da Revolução Constitucionalista em São Paulo. Entretanto, o desejo de atualização do passado foi limitado pela sombra onipresente do regime militar. Longe de maior empreendimento comemorativo, o cinquentenário foi lembrado na Câmara dos Deputados

* Doutor em História Social pela USP. Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás.

e nas sessões solenes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No meio acadêmico, destaca-se o importante seminário internacional promovido pela Fundação Getúlio Vargas.¹

A Câmara dos Deputados organizou um simpósio sobre a Revolução entre os dias 29 a 31 de outubro de 1980, reunindo especialistas em História e participantes do movimento, com o objetivo de rememorar o acontecimento que se transformou em marco divisor de nossa história. Barbosa Lima Sobrinho, conferencista convidado para a efeméride, assim encerra o seu pronunciamento:

Esse é o depoimento que estou dando, mais uma vez acentuando a circunstância de que não fui revolucionário de 1930 [...]. Mas publiquei a esse respeito um livro que eu considero a minha única obra verdadeiramente de jornalismo, embora eu tenha me valido depois de tudo o que foi publicado até aquela ocasião. Mas se há um livro que tenha resultado da minha observação direta dos acontecimentos, da minha presença como repórter na Câmara, acompanhando os debates políticos, conhecendo os atores que estavam representando, é exatamente esse livro sobre a Revolução de 1930, razão pela qual eu aqui estou para dar esse depoimento, fundado exatamente no livro que escrevi também em minha juventude. É a contribuição que eu quero dar, certo de que não adianto nada diante de tanta gente que conhece a fundo os acontecimentos daquela época, mas que representa a impressão de um homem sincero que quer falar aos seus amigos e aos brasileiros para dizer aquilo que sentiu e aquilo que lhe pareceu exato e verdadeiro, na Revolução de 1930. (1984, p. 157)

A longa citação se justifica por realçar o significado simbólico do livro *A verdade sobre a Revolução de outubro*. Em meio aos historiadores de formação acadêmica, Sobrinho destaca os elementos que conferem veracidade a seu livro: a copiosa pesquisa, o conhecimento dos atores envolvidos, a observação direta dos acontecimentos. Daí a conclusão de que se tratava de uma obra verdadeiramente de jornalismo e também uma obra verdadeiramente de História. Simultaneamente, sua escrita comprometia-se com a observação metódica e equidistante do passado, firmando um compromisso com o leitor: o de partilhar o que sentiu e lhe pareceu exato na Revolução de 1930. Sobrinho esclarece o lugar de sua fala, que se situa entre a experiência da revolução (embora

reitere o fato de não ser revolucionário) e a explicação histórica. O livro tornou-se referência obrigatória para o estudo do processo revolucionário, elaborando uma síntese da experiência republicana num rico diálogo em que o tempo se desdobrava para trás, em busca das causas da Revolução, e para frente, situando a sinuosa trajetória dos revolucionários que ameaçava, no presente, o ideário liberal.

Na semana comemorativa dos 50 anos da Revolução, encontraram-se historiadores e personalidades que participaram do movimento. Batista Luzardo, revolucionário de primeira hora, rememorou o acontecimento, situando-o em um quadro geral ao qual acrescentava os mais importantes episódios de que participara, por exemplo, a campanha da Aliança Liberal no Nordeste. Seu testemunho tinha endereço certo:

Vejam bem, estou falando para essa mocidade, essa mocidade que aí está e que não conhece uma palavra sobre esse movimento [...]. Para essa mocidade de hoje, parece que a história de 30 decorreu há dois séculos [...]. Nas Faculdades, no ginásio ainda não se ensina como e por que se desenvolveu a Revolução de 30, para eles é uma coisa estranha. Tenho protestado. (1984, p. 159)

O protesto de Luzardo revelava o desejo de memória que envolvia os homens que viveram a revolução e que encontraram no evento comemorativo o momento singular de atualização do passado. Nessa semana, promoveu-se um encontro inusitado: ao testemunho de Luzardo somaram-se as reminiscências do ex-presidente W. Luís. Chamado a dar o seu depoimento, o neto de Washington Luís preferiu ler as cartas (inéditas) de seu avô ao general Nestor Sezefredo Passos, contestando o julgamento que Artur Bernardes fizera atribuindo ao orgulho do ex-presidente o motivo de sua queda. W. Luís Pereira Neto quis, naquele momento, dar voz ao próprio avô. Recusou-se a qualquer depoimento, sob o argumento de que não vivera a Revolução. Mas registrou, com rapidez, sua opinião: “Parece ser inconveniente apontar a Revolução de 1930 como um acontecimento, como um evento; ela é na verdade um processo, cujo início pode ser datado de bem antes e cujo final, talvez, ainda não tenhamos condições de datar” (1984, p. 44). O tempo da Revolução se dilatava, revelando o ressentimento do passado (o desejo de dar voz ao presidente deposto) e a incerteza que dominava as expectativas em torno do presente e do futuro.

Ao lado dos depoentes, os historiadores profissionais apressavam-se em elaborar um diagnóstico da revolução. José Honório Rodrigues proferiu a conferência inaugural, realçando o papel submisso do povo perante as elites dominantes e o caráter autoritário do regime político que sucedeu ao fenômeno revolucionário (1984, p. 39). Enfim, a semana comemorativa abriu inúmeras possibilidades para a leitura do passado, ainda que sob um clima velado de censura ao debate político contemporâneo.

Nessa perspectiva, reforçava-se a presença do tempo revolucionário: a Revolução de 1930 representou a passagem para a formação do Brasil moderno, conclusão prévia assentada tanto nos testemunhos dos que viveram o movimento, quanto nas teses acadêmicas. Mas essa concordância entre memorialistas e historiadores deriva de uma subordinação da memória ao campo da história. Há uma clara hierarquia na rememoração proposta pelo evento comemorativo, razão pela qual a conferência inaugural foi apresentada por um historiador, enquanto os memorialistas fixavam-se no debate de pontos esparsos, como, por exemplo, o papel de João Pessoa no movimento.

A exigência feita pelo embaixador Baptista Luzardo de que a revolução fosse apresentada aos jovens, também se fez presente no discurso de Barbosa Lima Sobrinho, quando ele escrevia com o objetivo de dimensionar o que sentiu e o que lhe pareceu verdadeiro em 1930. Mas a história carrega um abstrato modelo de representação do passado que impede a tradução da experiência vivida. Mais do que a tradução do vivido opera-se uma versão do acontecimento que, com algum esforço, vai se assentando como memória histórica, portadora da verdade.

A memória histórica organiza um tempo epidérmico, cuja sistematização requer aprendizagem: o saber escolar, de forma gradativa, ordena o tempo por meio dos acontecimentos que, repetidos a exaustão, são internalizados. Assim mesmo, há resistência à fixação dessa memória que aparece na forma de embates e disputas acerca do que deve ser lembrado e ensinado. Constata-se que a resistência dirigida à memória vencedora busca reordenar as representações sobre o passado ou negociar o seu lugar na sistematização do conhecimento histórico, assegurando a sua inclusão na memória coletiva institucional. Nessa perspectiva, a memória vencedora guarda alguma plasticidade na montagem de um quadro de referência sobre o passado, demarcando

territórios, culturas e identidades. No entanto, há limites para essa negociação: novos sujeitos ou problemas são agregados a uma grande narrativa centrada na formação nacional, perdendo, portanto, seu ímpeto desestabilizador. As disputas em torno da memória são indícios de um desejo de ordenação diante da fragmentação típica do mundo moderno. Pierre Nora (1997) relaciona o incontido desejo de memória das sociedades contemporâneas ao alargamento da distância entre a fixidez do passado e a aceleração do presente, sob o influxo da modernização.

Longe dos embates travados no ambiente universitário, perpetuam-se os suportes da memória nacional, uma vez que as narrativas históricas acabam capturadas pelas teias de um tempo definido pelo Estado Nação, já que os historiadores, ainda que selecionando objetos arredios ao tempo homogêneo (classes sociais, gênero, cultura), não escapam, completamente, do tempo referencial instituído por meio da alusão aos acontecimentos-chaves, fundadores da memória histórica. O debate sobre a formação da memória nacional e o lugar atribuído à Revolução de 1930 quer ultrapassar a simples denúncia do seu uso ideológico, operação demasiadamente simples, para articular uma outra leitura que, ao revelar o lugar do acontecimento, reponha a política como matéria viva tanto da história quanto da memória.

História e historiografia: em torno da revolução de 1930

A historiografia francesa da primeira geração dos *Annales* legou como herança intelectual a rejeição ao tempo breve e à história narrativa. A história política vista como tradicional e biográfica foi banida a um plano secundário. Essa perspectiva, em que a influência francesa fez-se presente desde a fundação da USP, na década de 1930, formou mais de uma geração de historiadores no Brasil. Os primeiros frutos dessa produção intelectual situam-se entre os anos de 1950 e 1960. Os intelectuais, perplexos com os desdobramentos do golpe militar em 1964, passaram a estudar, com maior densidade, a história política do país com o claro objetivo de indicar o sentido das mudanças que então se operavam. Assim, foi possível romper com certa leitura marxista que apresentava o país cindido entre forças políticas nacionais e imperialistas. Os historiadores lançaram-se ao debate sobre a Revolução Brasileira e debruçaram-se sobre o movimento de outubro de 1930. Luciano Martins

(1983) considera que se formou sobre 1930 uma *tradição indisputada*, embora reconheça a tendência de se transferir para a Revolução fenômenos que se associam a conjunturas diversas, cujo nexos com o movimento só encontra justificativa simbólica.

A revolução tornou-se tema consagrado e motivou vasta produção acadêmica, debates e revisões. Interessa-me neste texto registrar a formação de um “olhar sociológico” responsável por uma escola interpretativa que se fez hegemônica no meio intelectual. Em um balanço historiográfico sobre a Revolução de 1930, Vavy Pacheco Borges (1998) demonstra nos discursos revolucionários (como os de Oswaldo Aranha) a tendência de mitificação do movimento. Se a Revolução ganha a forma de um ente, segue-se uma iniciativa pioneira destinada a encontrar os sujeitos da Revolução. Amparado pela perspectiva sociológica, inicia-se o debate sobre o tenentismo, tema que será abordado com grande ênfase nos estudos sobre a revolução. Entre 1930 e 1964, os militares tornaram-se sujeitos privilegiados para a investigação da vida política brasileira, e, por essa via, os estudos sobre a revolução foram buscar nos movimentos das classes sociais ou de suas frações as balizas para a compreensão da história. Nessa direção, formou-se uma tradição intelectual que, premida pelos rumos da vida política brasileira no pós-64, fez do Estado seu tema dileto. Francisco Weffort, Boris Fausto, Octavio Ianni, Luis Werneck Vianna, Fernando Henrique Cardoso, entre outros, organizaram uma densa reflexão sobre o papel do Estado, que, naquela conjuntura, assumira uma certa independência, ocupando o lugar (diante do suposto vazio) de sujeito histórico.

Na esteira da crítica a essa perspectiva, iniciada pelo artigo seminal de Marilena Chauí (1978), foram publicados inúmeros trabalhos fundados na valorização da classe operária e na crítica às categorias de “vazio de poder” e “estado de compromisso”. O trabalho de Vesentini (1997) ocupa-se da discussão sobre a naturalização do fato histórico, desnudando o processo de transubstanciação do fato em marco, que impõe 1930 como modelo de revolução no imaginário político brasileiro. Sua contribuição inspirou uma linhagem historiográfica voltada para o estudo da memória política como forma de escrita da história.

É no interior do debate sobre memória e história que encontro o ponto de partida para o trabalho proposto. Ao comparar dois livros sobre a Revolução de 1930, o de Boris Fausto e o de Barbosa Lima Sobrinho,

surpreendi-me com o meu desconhecimento acerca do processo revolucionário. Ao leitor desavisado, restaria a impressão de que os autores não analisavam o mesmo movimento, apresentando-se, nas obras citadas, projetos narrativos diversos. Fausto (1972) seleciona abordagens historiográficas que colocam em xeque a relação do movimento com as classes sociais e organiza um modelo interpretativo em que o Estado se coloca como mediador dos interesses em conflito. Segundo ele, não é possível reconhecer a Revolução de 1930 como uma revolução burguesa, nem tampouco é lícito superestimar a força política das camadas médias ou da classe operária. A Revolução é pensada como resultado de uma crise de hegemonia que deu ao Estado uma autonomia política em relação aos conflitos de classe. A perspectiva analítica de Fausto está centrada na crítica às visões dualistas que insistiam em enxergar no processo revolucionário o momento de luta entre as facções da burguesia e as oligarquias feudais. Para comprovar o caráter de simplificação dessa tese, Fausto segue o seguinte itinerário: 1) demonstra a distância entre os agentes revolucionários e a burguesia paulista; 2) explora o sentido das reivindicações dos tenentes que se aproximavam vagamente do ideário político reformista das classes médias consubstanciado na formação da Aliança Liberal, cujo liberalismo não significou o afastamento dos interesses dos cafeicultores paulistas.

A narrativa de Fausto persegue atores coletivos: classes, frações de classe e militares em luta pelo controle do Estado. O acontecimento propriamente dito (Revolução de 1930) foi analisado com rapidez no último capítulo intitulado “A derrubada das oligarquias”, que, na verdade, pouco trata do golpe político.² Ao contrário, o quadro traçado revela o sentido de permanência das estruturas sociais (relações de produção), que só podem ser compreendidas quando avaliadas no quadro da expansão europeia. Em seguida, trata o autor da economia cafeeira e dos conflitos regionais decorrentes da supremacia paulista que se manifestaram claramente na década de 1920. Em apenas um parágrafo, o autor reconhece a importância da trama dos acontecimentos que levaram à derrubada do presidente Washington Luís, destacando o empenho excessivo do presidente em apoiar a candidatura de Júlio Prestes e os conflitos regionais decorrentes da criação da Aliança Liberal. Em vez de aprofundar essa linha de argumentação, o autor prefere destacar a presença de movimentos semelhantes na América Latina (Argentina),

apesar de reconhecer dificuldades na comparação. No final do capítulo, ressurgem o argumento relativo à indeterminação do movimento e à conseqüente formação de um Estado de compromisso.³

A reflexão de Barbosa Lima Sobrinho percorre direção contrária: a revolução é analisada como movimento popular que empolgou a população e alcançou notável grau de radicalismo em algumas regiões do país. Sobrinho estuda detalhadamente a formação do ambiente revolucionário, descreve os personagens e a trama revolucionária a partir de sua própria vivência.

Deriva da leitura dessas duas narrativas o intuito de contrapor o filtro historiográfico de Fausto ao calor dos acontecimentos descritos por Sobrinho. O último faz uma história do tempo presente, capta acontecimentos nos quais está envolvido sem abrir mão de certa objetividade no trato com as versões acerca do processo revolucionário. Reflete sobre o vivido, sobre a memória da revolução, requisita a verdade e certo está de que a atingiu, pois afirma que seu trabalho foi lido e reconhecido como verdadeiro pelos homens que viveram a revolução.⁴ Como intérprete do tempo-presente, Sobrinho aproxima memória e história, conquistando uma posição de equidistância reconhecida, segundo o autor, pelas principais lideranças que participaram do movimento. Aceito como verdade, o livro ganhou imensa força interpretativa, influenciando distintas leituras da Revolução.

No prefácio à 1ª edição do seu livro (1933), Sobrinho afirma-se sabedor de que a história deve ser escrita pela posteridade, indicando os riscos da reconstituição histórica que bem pode ser eivada de partidarismos. O intróito tem por objetivo requisitar um compromisso com a verdade:

O autor reuniu a documentação que encontrou nos livros publicados, nos jornais da época, nos discursos parlamentares, nos depoimentos ouvidos de uns e de outros. Aproveitou informações confidenciais, cujas origens ficaram necessariamente no silêncio. Não desprezou também a sua impressão pessoal, pois que acompanhou de perto os sucessos e conhece, também de perto, quase todos os seus atores [...] que ao menos se faça ao livro a justiça de reconhecer que ele levou, tão longe quanto possível, o esforço de verificação, e o desejo de relatar a verdade. (1983, p. XV)

A leitura de Sobrinho é um esforço de síntese da história republicana que, tomando como ponto de partida o fim do governo de Artur Bernardes, apresenta um quadro do governo de Washington Luís em que emergem as contradições regionais em Minas e no Rio Grande do Sul. Em um capítulo intitulado “A passagem do Rubicon” registra o momento em que o general Flores da Cunha é designado por Vargas para levar ao presidente Washington Luís uma carta em que o político gaúcho anuncia sua condição de candidato. A descrição da surpresa do presidente induz a uma interpretação que permeará a reflexão sobre a revolução feita pelos que foram depostos: a traição.

Pelo ar de seu assombro, observei que estava sob um homem que houvesse caído das nuvens de seu sonho, no chão duro da realidade. Murmurava prostrado pelo abalo que lhe produzira o conhecimento da carta:

– Não pode ser... Não pode ser...

Vinham-lhe à mente os termos categóricos da correspondência anterior e recente:

– Ainda há pouco recebi correspondência do Dr. Getúlio, correspondência tranqüilizadora. (1983, p. 51)

A Revolução será considerada obra de uma dupla traição política: a formação da Aliança Liberal entre Minas Gerais e Rio Grande do Sul e o golpe militar tramado no interior das forças armadas. A posse de Júlio Prestes já era tratada com certa naturalidade quando a morte de João Pessoa deu novo ânimo às forças oposicionistas. O peso do assassinato do líder paraibano assumiu o centro da narrativa, avultando a importância histórica do pequeno Estado da Paraíba.⁵ A transformação de João Pessoa em símbolo da Revolução é uma das mais ricas passagens do imaginário da Revolução, bem como a cena da deposição de Washington Luís:

Informado dessa nova resolução, o Sr. Washington Luís conformava-se indiferente ao destino que lhe dessem. Não pedia e não desejava garantias senão para os ministros e amigos que o acompanhavam. Abraçou então um por um dos que se achavam no palácio da Guanabara.[...] Ao passar o carro entre os portões do Guanabara, a população tentou uma assuada. Mas o general Tasso Fragoso, levantando meio corpo, comandou, enérgico:

– Respeito!

Em silêncio, sem uma palma, sem um assobio, o carro avançou entre os espectadores daquela cena histórica. A noite vinha descendo sobre o eclipse da autoridade constitucional, que desaparecia, entretanto com a majestade que lhe souberam dar a altivez e a bravura de seu último presidente. (1983, p. 163)

A narrativa usa recursos dramáticos para fixar o cenário da resistência: a despedida, o embate com a multidão e a garantia do respeito à autoridade deposta por meio da ordem do general (“Respeito!”). A bravura do presidente é comparada à imagem de um eclipse. O leitor acompanha a cena e partilha do sentimento de melancolia que se abateu sobre os homens que assistiram ao epílogo da velha República.

Esse quadro de considerações, em que a afetividade e os sentimentos estão presentes no jogo político, é apagado das considerações de uma outra vertente historiográfica, a que se atém ao balanço das mudanças estruturais impostas à configuração das classes e do Estado brasileiro. Peter Burke (1992) abre a possibilidade de que a escrita da história não necessite optar entre o campo narrativo e o estrutural porque, mesmo que se pretenda estrutural, esse tipo de escrita da história não deixa de abrigar um projeto narrativo, uma vez que narrar significa, sobretudo, ordenar os eventos de modo a constituir a produção de sentido (LIMA, 1989). Em virtude disso, é legítima a busca de diálogo entre o acontecimento e as estruturas, pois no processo de incorporação dos acontecimentos, seguindo as pistas de Burke, a cultura é reordenada. Nesse sentido, o acontecimento enseja a produção de um corpo (forma e conteúdo) de interpretações sociais modeladoras de uma nova cultura política.

A partir da década de 1960, é possível constatar a subordinação do acontecimento ao peso das estruturas no que se refere à análise da revolução de 1930. Em meio a uma imensidão de testemunhos que valorizavam cada faceta do movimento, o que se estabeleceu como “memória histórica” foi a análise estrutural, o que explicaria o sucesso editorial do trabalho de Fausto e sua adoção como referencial (modelo) para os estudos sobre a Revolução realizados no interior da universidade. Vavy Pacheco ressaltou a novidade no título de seu livro ao delimitar um campo novo de análise: história e historiografia. O que surpreende é que

o campo de estudo proposto carecia de bases de sustentação, pois ainda era diminuta a pesquisa histórica sobre 1930. Acrescente-se a ausência de clareza acerca da relação entre história e historiografia. É certo que Fausto explicita o seu lugar de escrita e insere o seu desejo de crítica às visões dualistas como resposta às questões do presente. Mas creio que é necessário esclarecer o processo de construção de uma matriz historiográfica em torno do movimento de 1930 e os critérios que nortearam a inclusão ou exclusão das obras selecionadas para explicitar o movimento analítico no qual a crítica histórica voltou-se sobre sua própria produção.⁶

Na verdade, boa parte dos escritos sobre a Revolução está vinculada ao desejo de memória, alimentado pelos homens que participaram do movimento. Portanto, memória e pensamento histórico partilham da árdua tarefa de interpretação do passado. Essa partilha sugere a presença da memória na perspectiva traçada por Halbwachs. No que diz respeito à memória dos militares, os depoimentos traçam um quadro de percepções em que o agrupamento organiza a memória da revolução, utilizando-se dos argumentos de que a corporação romperá com a constitucionalidade ou, diversamente, de que o exército assumirá o papel de representante das camadas médias e populares.⁷ A relação entre memória e história no trabalho de produção de sentido indica os limites de uma história da produção do conhecimento histórico, o que obriga a incluir o memorialismo como parte integrante da reflexão historiográfica. Uma saída fácil seria indicar que a memória constitui-se em fonte para reflexão do historiador, o que subtrai dela a capacidade de produção de sentido. Assim, essa inclusão nada teria de problemática, dada a posição de subalternidade a que foi submetida. Partilho de convicção distinta, a de que a memória organiza uma outra percepção do acontecimento, o que permite vislumbrar a multiplicidade do tempo histórico e até mesmo sugerir a especificidade da reflexão do memorialista na composição de uma consciência histórica (RÜSEN, 2001). A memória inscreve o seu lugar de produção, explicitando a dimensão subjetiva da escrita. A narrativa assume a forma de testemunho: alguém, ao escrever, transfigura o vivido em drama existencial não do indivíduo, mas da *persona*, sob a qual se concentra a densidade dos papéis sociais esperados. A cena da deposição do presidente Washington Luís, tantas vezes rememorada, conferiu alguma honorabilidade aos que foram depostos e

assegurou a possibilidade de atualização do passado, restituindo ao ex-presidente um papel relevante na recomposição da memória nacional ao final da Segunda Grande Guerra. Essa versão ganhou lugar de destaque, inclusive nos livros didáticos,⁸ mas, aos poucos, foi desaparecendo dos novos manuais escolares sequiosos de maior proximidade com o presente. O que não desapareceu dos manuais foi a centralidade de Vargas no teatro político; ao contrário, essa permanência favoreceu a formação de um mito.

Em sua leitura historiográfica, Fausto explicita o desejo de romper com as interpretações dualistas sobre a Revolução. O rompimento com o dualismo era uma empreitada de envergadura política essencial à compreensão do presente. Para sua execução, exigia-se a refutação da análise teórica por meio de uma refinada leitura da historiografia, que revelasse o posicionamento dos atores coletivos no movimento que depôs Washington Luís. Nessa perspectiva, Fausto abandonou a tradição memorialística que, apesar de incorporada à bibliografia indicada, não foi problematizada. Essa opção fez com que o autor se afastasse da leitura do acontecimento, cuja multiplicidade de sentido, muitas vezes, escapa à compreensão do historiador. Feita tal opção pelo afastamento da cena da revolução, o que se apresenta no livro de Boris Fausto é uma leitura historiográfica pouco afeita ao registro da memória.

Cabe ressaltar que boa parte da reflexão sobre a revolução afasta-se da objetividade metodológica pretendida por certa escrita da história; tampouco se nota, entre as décadas de 1960 e 70, a maciça presença de obras de historiadores sobre a Revolução de 1930. Nas décadas posteriores à revolução, a escrita da história recente do Brasil fora realizada, principalmente, por jornalistas e memorialistas. Os historiadores aproveitaram-se da memória e dos testemunhos na montagem de suas narrativas, cujo objetivo era mais o de ordenar a complexa teia de acontecimentos do que o estabelecer hipóteses a serem confrontadas com a documentação. Esse tipo de abordagem pode ser detectada nas obras de Hélio Silva, de Edgar Carone e nas primeiras sínteses da história republicana produzidas por autores como José Maria Belo e Cruz Costa.

A perspectiva historiográfica proposta por Boris Fausto inaugura um momento distinto na reflexão sobre a Revolução de 1930. Essa proposição buscava explicitar a subjetividade presente na produção do conhecimento histórico e articular uma leitura do processo revolucionário

por meio de um filtro capaz de retirar o excesso (as impurezas) da densa nuvem que encobria a Revolução de 1930.

Uma rápida avaliação da bibliografia utilizada em *A Revolução de 1930: historiografia e história* (1972) é indicativa do percurso analítico do autor, que se utiliza, sobretudo, de obras produzidas nas décadas de 1950 e 60, notadamente vinculadas à produção de sínteses históricas ou propriamente acadêmicas. A presença de um considerável volume de memórias e depoimentos indicados na bibliografia não representa um peso maior na argumentação do autor, cujo interesse acerca dos múltiplos acontecimentos que envolveram a revolução é menor. Não obstante, merece relevo a presença de Juarez Távora no debate sobre as classes médias. Destaca-se também a centralidade da reflexão teórica dos trabalhos de Francisco Weffort, Nicos Poulantzas, Caio Prado Jr. e José Nunn. Esses autores forneceram o suporte necessário para a reflexão acerca do dualismo brasileiro ou da especificidade do Estado brasileiro que, na função de árbitro, mediou a crise de hegemonia instalada no final dos anos 20. A influência de Gramsci, traduzido no Brasil em 1968, não está presente na bibliografia. O quadro abaixo apresenta a sistematização, por período e gênero, da bibliografia utilizada por Boris Fausto em *A Revolução de 1930: historiografia e história*:

| | MEMÓRIAS/BIOGRAFIAS | SÍNTESE/ACADÊMICA |
|----------------------------|---------------------|-------------------|
| Décadas de 1920 e 30 | 12 | 6 |
| Década de 1940 | 3 | 2 |
| Décadas de 1950 e 60 | 7 | 26 |
| Total de obras consultadas | | 56 |

Barbosa Lima Sobrinho cita uma bibliografia (58 livros) formada quase que completamente por memorialistas, o que se justifica pela contemporaneidade de sua reflexão. No intuito de discutir a política monetária, apoiou-se em uma bibliografia específica da área. No prefácio, o autor indica as leituras fundamentais da pesquisa, destacando os autores de leitura obrigatória para o conhecimento da revolução: Virgílio de Melo Franco, Paulo Duarte, Sertório de Castro, Ademar Vidal, Rubey de Wanderley, André Garrazoni, Álvaro de Carvalho. Do confronto entre os dois trabalhos ressalta-se a quase ausência de referências comuns.

Fausto incorpora apenas o livro de Barbosa Lima e o de Sertório de Castro.

No já comentado prefácio de Barbosa Lima, o autor revela-se crítico de qualquer forma de apologia, compromete-se com a verdade, afirma sua proximidade dos que estiveram à frente do movimento, ao menos para obter informações e confidências, e exercita certo pessimismo ao constatar o caráter regionalista da Revolução. Ser regionalista implicava carregar os inconfundíveis elementos de continuidade das práticas políticas anteriores. Nessa avaliação, a Revolução desdobrar-se-ia em uma espécie de autofagia política sem que as aspirações liberais e democráticas tivessem lugar:

Convenhamos, porém, que precisamos encarar corajosamente as realidades de nossa história política, para evitar perigos e ameaças que os fatos vem semeando. A dissecação poderá ter a virtude de nos incompatibilizar com a subalternidade dos interesses que orientam a política brasileira. O intuito final do livro será, pois uma advertência às tormentas que nos espreitam, e um apelo para que o Brasil consiga evoluir em direções mais úteis a sua coesão e ao seu futuro. (1983, p. XVI)

Feita a contraposição entre memória e história da Revolução de 1930, há que se observar o sentido da recomposição dos acontecimentos pelos homens que acompanharam e viveram as mudanças operadas naquela década. A memória aproxima-se de um exercício de autoconsciência de um grupo, enquanto os historiadores profissionais, distantes dos olhos e dos ouvidos do passado, passam a auscultar os acontecimentos em outra direção. Nessa perspectiva, como lembra Vesentini, 1964 estava contido em 1930. Nesse jogo metonímico (metalepse), a narrativa historiográfica recompôs o passado em busca de um outro futuro, cujos traços seriam revelados quando se completasse a sonhada ruptura com a herança colonial geradora do arcaísmo. Livres do passado, os brasileiros poderiam ensaiar um novo olhar sobre o Brasil moderno, como fez Boris Fausto ao concluir sua análise acerca da Revolução de 1930:

Em poucos anos, por razões distintas, para a velha burguesia cafeeira, para a nascente “intelligentsia” da classe média encastelada no aparelho de Estado, para os tenentes revolucio-

nários convertidos em canhestros estadistas, o mundo brasileiro anterior a 1930 incorporou-se definitivamente a um longínquo passado. (1978, p. 426)

O exercício de crítica da historiografia elaborado por Boris Fausto encerra um outro tipo de consciência histórica, que relega a experiência da Primeira República a um plano secundário, posto que essa não mais organizaria a compreensão do tempo presente. A emergência de uma nova ordem social mediada pelo fortalecimento do Estado apontava para outra racionalidade, advinda do amadurecimento da sociedade civil e da organização das classes populares. Em direção distinta, Barbosa Lima Sobrinho registrava, na forma de tradição, a consciência histórica daqueles que assistiram à emergência dessa nova ordem, que era percebida com certa desconfiança, pois ela não fora capaz de concretizar as expectativas para a formação de uma sociedade liberal e democrática. O centralismo político, aliado ao poder militar, barrou o ímpeto das transformações. Entre as duas leituras percebe-se a diversidade da elaboração da consciência histórica e o tenso diálogo entre memória e história na busca do sentido de orientação do tempo histórico.

Abstract

This essay seeks to analyse two historiographic books on 1930. The first is Barbosa Lima Sobrinho's *The truth on the Revolution of October, 24th 1930* and the other is Boris Fausto's *1930: history and historiography*. Both narratives create different patterns of historical explication, so they keep a rich dialogue between memory and history as ways of historical conscience.

Key words: Historiography, 1930 Revolution, memory and history.

Notas

1. O IHGB promoveu sessões solenes nos dias 08 e 15 de outubro, cujo orador principal foi o jornalista Barbosa Lima Sobrinho. O relatório das atividades culturais e administrativas do IHGB do ano de 1980 esclarece a posição do Instituto em relação ao cinquentenário: “[...] ficou subtendido que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro não tem espírito de comemoração dos 50 anos do grande movimento político, mas sim abrir

suas portas para, no seu âmbito poderem falar os sócios [...] obedecendo, contudo, a um programa previamente traçado...” (PEDROSA, 1980, p. 164). Na revista *Veja*, n. 632 de 15/10/1980, não encontramos cobertura alguma da passagem dos 50 anos, a não ser o comentário de Élio Gaspari sobre a reedição dos livros de Virgílio A. de Melo Franco e de Maurício de Lacerda. O seminário internacional, promovido pela Fundação Getúlio Vargas, reuniu os especialistas sobre o tema, mas evitou o debate político sobre o presente.

2. A morte de João Pessoa sequer foi mencionada pelo autor.
3. O trabalho de Fausto parte da categoria de Estado de compromisso elaborada por Weffort, em *O populismo na política brasileira*. Neste livro, Weffort estrutura sua análise política em categorias eminentemente teóricas, embora ressalte a importância de tais categorias para as análises concretas. A novidade de Fausto reside justamente na revisão de certas proposições teóricas acerca da relação entre Estado e Sociedade, abandonando o acontecimento como problema. Nesse sentido, Fausto e Sobrinho formulam duas leituras distintas do processo revolucionário. No prefácio à reedição da obra *Revolução de 1930: historiografia e história* (1997), Fausto considerou pertinente o questionamento do conceito de crise de hegemonia na análise do processo revolucionário, mas não alterou as bases de sua interpretação.
4. No prefácio à segunda edição, o autor afirma que Vargas e Oswaldo Aranha reputavam sua obra como séria, embora discordassem de algumas interpretações (SOBRINHO, 1984, p. XI).
5. Barbosa Lima Sobrinho apoiou-se, fundamentalmente, no livro *João Pessoa e a Revolução de 1930* de Ademar Vidal, publicado em 1933. No prefácio à reedição desse livro, em 1976, afirma o autor: “Vivi os fatos e não me contive em esperar que esfriassem para depois descrevê-los. Aguardar que o tempo passasse? Não. Tardar sempre gera conveniências, ficando a narrativa sujeita a fatores novos, prevenções com atitudes personalíssimas. Tardar será dizer a verdade? Será adulterá-la às conveniências de quem deixa primeiro correr o tempo para eliminar emoções e esquecer detalhes fixos. Esclarecedores. [...] E o que assisti e escrevi pode ser materialmente provado. Entendo assim que cumpro com o meu dever não deixando morrer no esquecimento certos ângulos, aqueles, sem quaisquer dúvidas, os mais dramáticos da história político-social da Nação neste século” (VIDAL, 1978, p. 6-7).
6. Ao analisar o movimento de crítica interna na historiografia francesa, Pierre Nora destaca que o debate em torno das interpretações da Revolução Francesa indica um afastamento da sua herança como perspectiva identitária

(NORA, 1993, p. 10-11). No Brasil, o debate procurava demarcar, no episódio 1930, o momento da ultrapassagem do Brasil feudal dominado pelo imperialismo. É contra essa perspectiva que se coloca o trabalho de Fausto ao contrapor a relação Estado e Sociedade à complexa unidade que as “esquerdas” articulavam em torno da relação Estado-Nação como fundadora do Brasil moderno. No entanto, em sua análise, o Estado fez-se mais presente do que a sociedade como dirigente do processo de modernização, o que reforçou a tradicional imagem de uma sociedade avessa à organização.

7. Entre tantos relatos militares, ressalto o do General Augusto Tasso Fragoso, que foi chefe do Estado Maior do governo Washington Luís e, posteriormente, participou como um dos articuladores do golpe de 1930. Acuado sob o julgamento de traidor, o general quer se explicar em um depoimento escrito em 1935 e publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (v. 211, 1951, p. 7-61).
8. Borges Hermida (1948, p. 212), autor de um manual inúmeras vezes reeditado, registra a bravura (inútil) do Presidente Washington Luís diante do movimento revolucionário.

Referências

- BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos César. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.
- CHAUI, Marilena. Apontamentos para a crítica da ação integralista. In: CHAUI, Marilena; FRANCO, Maria Sílvia C. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- DEBES, Célio. *Washington Luís, 1925-1930*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Academia Paulista de Letras, 2001.
- DECCA, Edgar. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- _____. A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930. *HGCB*, tomo III, v. 2. São Paulo: Difel, 1978.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

- HERMIDA, Borges. História do Brasil. 2.ed. São Paulo: Editora do Brasil, 1948.
- LIMA, Luís Costa. *A aguarrás do tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- LUZARDO, Batista. Depoimento. In: *Anais da semana comemorativa da Revolução de 1930*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1984.
- MARTINS, Luciano. A revolução de 1930 e seu significado político. In. *A Revolução de 1930*. Seminário Internacional. Brasília: Ed. da UnB, 1983.
- NETO, Washington Luís Pereira. Depoimento. In: *Anais da semana comemorativa da Revolução de 1930*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1984.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História* (PUC-SP), n. 10, dez. 1993.
- _____. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1997.
- PEDROSA, Manoel Xavier de Almeida. Relatório das atividades culturais e administrativas em 1980. *Revista do IHGB*, n. 329, out./dez. 1980, p. 164.
- RODRIGUES, José Honório. Conferência. In: *Anais da semana comemorativa da Revolução de 1930*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1984.
- RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*. Brasília: Ed. da Unb, 2001.
- SOBRINHO, Barbosa Lima. Conferência. In: *Anais da semana comemorativa da Revolução de 1930*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1984.
- _____. *A verdade sobre a revolução de outubro-1930*. 3.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1983, p. XI.
- VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato*. São Paulo: Hucitec: USP, 1997.
- VIDAL, Ademar. *João Pessoa e a revolução de 30*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.